

A SUSTENTABILIDADE EM UM MUNDO DE SISTEMAS ABERTOS

Franz Andrae

***“Por que plantar uma árvore,
se o cabrito do vizinho vai comê-la ?”
(Schaeble, citando agricultores nepaleses¹)***

A definição de sustentabilidade como um esforço para a manutenção ou até mesmo para o aumento da produtividade no uso do solo, encontra suporte em muitas provas extraídas da história econômica da humanidade: nos sistemas de irrigação sob estruturas sociais hierárquicas e centralizadas do Oriente Médio, do Sudeste Asiático ou entre os Incas, nos métodos admiráveis para manter hortas flutuantes (sistema chinampa) dos Aztecas, nos terraceamentos complexos do Sudeste Asiático ou entre os Maias e também nas trabalhosas medidas de proteção contra a erosão na agricultura dos Alpes europeus. Como estes, poder-se-iam relacionar outros numerosos exemplos da história, que comprovam a existência da sustentabilidade de produções agrícolas sazonais ou permanentes, executadas geralmente em áreas com cobertura florestal anterior.

¹SCHAEBLE, F. *Traditionelle Landnutzungs-systeme im oberen Anku Khola Tal* (Ganesh Himal/Zentralnepal). Giessener Beitrage zur Entwicklungsforschung, Reihe II, Bd 10., 1993.

A formulação do regime sustentado

Embora já existissem ações visando a sustentabilidade da produção agrícola, foi em referência à exploração de florestas que o alemão Carlowitz cunhou o termo *sustentabilidade* (1713). Também em relação às florestas se poderia citar muitos exemplos de uso racional anterior à Carlowitz (na Europa desde os tempos de Carlos Magno, ou, antes ainda, em regiões da Índia). A diferença em relação ao uso agrícola consiste no fato de que, devido ao longo tempo necessário para a produção de madeira, as decisões incorretas no manejo dos ecossistemas demoravam mais para se manifestar e serem reconhecidas. Mesmo assim, sabe-se, desde a Idade Média européia, da existência de muitas leis relativas às florestas, com o intuito de manter interesses econômicos. As obrigações e/ou proibições para proteção, tratamentos silviculturais e cortes visavam garantir, a longo prazo, o abastecimento de indústrias de produção e transformação de ferro, sal e vidro, com lenha ou carvão vegetal. Além disso, era preciso manter o fornecimento de madeira para construção e de lenha para as cidades. O termo sustentabilidade, portanto, não significou um novo método de uso das florestas; foi muito mais a expressão encontrada para algo que já existia há muito tempo (talvez inconscientemente?), não só na Europa Central. Em pouco tempo o termo foi incorporado à ciência florestal que nasceu cerca de 200 anos atrás, quando foi criada a primeira faculdade florestal do mundo, na Saxônia.

O regime sustentado no sentido tradicional era e é um princípio conhecido e aplicado na prática, onde o uso do solo (qualquer que seja) garante, a longo prazo, rendimentos estáveis. A sustentabilidade não é invenção da atividade florestal: ela significa uma atitude, um posicionamento em relação ao trato da natureza como um bem renovável.² O mérito da Engenharia Florestal reside no fato de haver reconhecido este princípio e tê-lo introduzido como caminho e alvo nos seus planejamentos. Desta forma, para o engenheiro florestal, a sustentabilidade sempre foi um conceito relacionado a um espaço físico limitado e conhecido como “área de referência do regime sustentado”.

A sustentabilidade em fase de mudança

Desde sua criação, o conteúdo do termo em pauta passou por vários desmembramentos, transformações, interpretações e aplicações à atividade florestal européia. Ele não é, portanto, universal, nem no sentido histórico nem no sentido geográfico, mas possui certos níveis de estrutura. Assim, a manutenção de uma área permanentemente sob cobertura de árvores (independente de finalidade e aparência), chamada de regime sustentado de área, é o pré-requisito para a realização de qualquer outro estágio mais avançado de sustentabilidade.

Para o controle do regime sustentado na atividade florestal,

²KURTH H. *Forsteinrichtung. Nachhaltige Regelung des Waldes*. Berlin: Deutscher Landschaftsverlag GmbH. 592 Seiten, 1993.

a biomassa lenhosa encontrou ampla utilização, sem dúvida por ser relativamente fácil de medir. A esperança de que, uma vez alcançada a sustentabilidade do incremento de madeira, se realizassem automaticamente as outras funções florestais – proteção, recreação, abrigo da fauna etc. – não se concretizou por completo. Então, mesmo que continuem a valer os métodos tradicionais de controle do regime sustentado florestal, eles não são mais suficientes para abranger e avaliar todas as exigências da sociedade industrial européia. A floresta não é mais vista somente como um local de produção de madeira, mas como fonte de um grande número de benefícios diferentes.

O axioma da produção sustentada de madeira sempre foi parte fundamental do manejo florestal de uso múltiplo, o qual, além de fornecer matéria-prima, também garantia os efeitos de proteção, de recreação e de outros benefícios indiretos. Segundo idéias mais recentes, este axioma deveria evoluir para um “regime sustentado ecológico”, no qual a produção de madeira assumiria um papel secundário.³ A justificativa para tal decorre das pressões de parte da opinião pública, isto é, dos meios de comunicação, organizações ambientais, biólogos e ecólogos, entre outros, sobre o papel tradicional reservado às florestas. Da sociedade, cada vez mais urbanizada e com grande potencial de tempo de lazer, parte uma procura crescente dos efeitos de restauração corporal e de recreação. Esta exigência, em função de sua magnitude, muitas vezes é conflitante com as atividades de produção de madeira. Parece até que, no futuro, os proprietários florestais e a ciência florestal não terão mais a competência única em relação às florestas. Cabe perguntar então se a administração florestal só poderá efetivar-se uma vez implementada em conjunto com outros ramos da ciência e após consulta à coletividade em geral.

³GLUECK, P. Oekonomische - oekologische Nachhaltigkeit. *Oesterreichische Forstzeitung*, 105(8): 24-28, 1994.

A sustentabilidade na relação Norte-Sul

Nos anos 80 era chegada a hora de avaliar o primeiro quarto de século de cooperação técnica e de ajuda aos países em desenvolvimento. Este período também marcou o fim de uma época durante a qual – se pensava – os países do Sul somente precisavam imitar o chamado Primeiro Mundo. Até então, existiam muitos projetos que visavam recuperar, em curto espaço de tempo, os séculos de desenvolvimento (europeu) sem, porém, considerar as diferentes realidades estruturais. As avaliações e análises críticas dos projetos mostraram que as expectativas eram elevadas demais e que os processos de desenvolvimento foram conduzidos de forma linear. Não foram consideradas devidamente as condições ambientais (no sentido social e ecológico) e, em consequência, não houve avanço na qualidade de vida para a maioria da população dos países “beneficiados”.

Nas análises das causas para o fracasso de projetos de desenvolvimento rural participavam também sociólogos. Eles argumentavam que os projetos, para obterem êxito, deveriam ser

auto-sustentados, de vida independente. As ciências sociais descobriram para este estágio o conceito de sustentabilidade, incorporando-o à análise do processo de desenvolvimento, no sentido de expressar a continuidade desejada para fenômenos sociais e econômicos. É lógico que, neste contexto, ainda se trata de um termo pouco claro – afinal ele abrange o desenvolvimento de todas as dimensões da vida humana, tanto econômicas e sociais, como políticas e ecológicas.

Atrás da generalização da exigência de sustentabilidade há a perplexidade perante a pobreza em muitos países do Terceiro Mundo, nos quais, muitas vezes, não foram verificados melhoramentos (sustentados) apesar da maciça ajuda financeira. Por este motivo, crescia o número de opiniões no sentido de que a ajuda ao desenvolvimento era contraprodutiva. Esta posição era reforçada, ainda mais, quando se considerava a existência de países em pleno crescimento por força própria e sem ajuda técnica relevante, como no Sudeste Asiático. A exigência de um desenvolvimento sustentado, então, não pode ser considerada como generalização de um conceito florestal. Em relação aos países do Sul o seu conteúdo deveria ser enriquecido pelas dimensões sociais e políticas, para expressar a complexa reciprocidade entre o indivíduo e a comunidade, num dado ambiente ecológico.

Houve estímulos consideráveis, em parte incitados por organizações não governamentais, para uma discussão ampla deste assunto, o que, aos poucos, levou a uma mudança de paradigma: não são mais a tecnologia e a produção o centro de alvos abstratos da política desenvolvimentista; ao contrário, espera-se que as pessoas atingidas identifiquem seus próprios problemas e elaborem, por si mesmas, soluções técnicas e institucionais, para provocar um desenvolvimento que seja sustentável. É óbvio que isto somente pode acontecer se o processo for compatível com a realidade ambiental.

A Conferência do Rio 92 identificou, com clareza, a relevância ambiental em relação aos desejos nacionais de uso dos recursos naturais; também a Conferência do Cairo, em 1994, mesmo que para discutir questões demográficas, relacionava-se indiretamente, mas de maneira íntima, com a disponibilidade e o uso de recursos naturais.

Em síntese, a discussão por sustentabilidade em relação ao Terceiro Mundo é ampla e complexa, e refere-se à realidade social em seu conteúdo integral, considerando as florestas como um problema parcial.

Aspectos da discussão atual sobre regime sustentado na Europa

Depois da Conferência do Rio, a discussão sobre sustentabilidade ganhou maior alcance público, mesmo na Europa, podendo ser vista como continuação do já generalizado trato com assuntos de meio ambiente. Este interesse, entretanto, não

partia de um ponto de vista crítico das relações entre produção e consumo. O que mais preocupava e se evidenciava eram as consequências destas relações: a poluição do ar e da água, o medo das usinas atômicas, o problema do lixo e a mortandade de florestas. Tal comportamento aceita, implicitamente, que o bem-estar é acompanhado (vamos fazer o quê?) de consequências indesejáveis, deixando um profundo e insatisfeito desejo por natureza, por harmonia de leis naturais e por algo ainda não dominado. Muitas pessoas projetavam este anseio pela natureza virgem, sobre as paisagens tranqüilas e pouco habitadas, que ainda existem nos países do Sul, principalmente. A Floresta Tropical Pluvial significa a suma dominância da natureza sobre o homem: uma incrível variedade de espécies, os segredos da mata que se tornaram o substituto para as áreas inexploradas não mais existentes nos mapas. Não seria possível descobrir ali o paraíso que os habitantes do Norte perderam devido a sua industrialização? Neste mundo de pensamentos utópicos também ocorre uma certa glorificação da relação entre as culturas primitivas, exóticas e o seu meio ambiente, como última prova de uma sustentabilidade anterior ao pecado de Adão. O movimento promovido por intelectuais urbanos mostrava idéias, às vezes, até um tanto irracionais, pois desconsideravam por completo que também os povos da floresta a utilizam e, com isto, forçosamente, a influenciam.

Significativa para esta visão é a procura de respostas no distante, até em forma de ecoturismo. Um pouco de interesse pelo próprio passado teria mostrado que também na Europa houve atividade produtiva sustentada, praticada ininterruptamente por mais de 1000 anos, tendo por base experiências que obrigaram a seguir técnicas ecologicamente adaptadas.

A discussão sobre a madeira tropical

Este pensamento idealizado fez com que as imagens da devastação florestal nos trópicos, transportadas pelos meios de comunicação, atingissem intensamente as pessoas. A floresta virgem, o paraíso perdido, em chamadas! Para ter um posicionamento “politicamente correto” em relação aos fenômenos ambientais e sociais, procurou-se a culpa na própria sociedade industrializada. Diz-se que o estímulo para a devastação florestal seria a madeira tropical consumida pelos países do Norte. Poucos anos atrás, ocorria em todos os países europeus uma discussão muito semelhante sobre este assunto e, no fundo, sem muita razão, como pode ser demonstrado no exemplo da Áustria: as suas importações de madeira tropical correspondem a menos que 0,1% do incremento de madeira das florestas austríacas. Apesar disso, a Áustria foi o primeiro país a exigir, por lei (posteriormente abolida), uma declaração visível de todos os produtos que continham madeira tropical. Era um estigma que possibilitava ao consumidor poder comprar sem remorso. Para este a discriminação da madeira

tropical não significava desistência de consumo, pois o mercado oferecia uma grande gama de produtos alternativos. Os países exportadores de madeiras tropicais, porém, consideravam a atitude como neocolonialismo.

A excitação causada pela questão da madeira tropical, sem dúvida, levantava a problemática de um dos aspectos mais assustadores da degradação ambiental do mundo. Por outro lado, era óbvio que a discussão ignorava os resultados de numerosas análises (científicas), que ponderavam as diferentes causas para o desmatamento nos trópicos. Hoje, embora se disponha outra vez de dados recentes, concretos e corretos sobre a diminuição anual de áreas de florestas tropicais⁴, o assunto não mais desperta interesse e desapareceu da mídia. Talvez porque sejam apenas sensações que provocam manchetes. Ou talvez porque agora existe um laudo técnico⁵, feito pela Universidade de Kiel (Alemanha) a pedido do "Greenpeace", comprovando que nem exportações de madeira, nem dívida externa podem ser responsabilizados pelo desmatamento, mas sim a agricultura migratória, que contribui em mais de 90% para a diminuição das áreas de florestas tropicais. Conclusões semelhantes, obtidas a partir de dados da FAO, foram aparentemente desconsideradas: comprovou-se que o apreciável aumento da produção de alimentos nos países do Sul, na década passada, é atribuído, em 60%, ao alastramento das áreas de cultivo e somente os 40% restantes aos progressos na produtividade.⁶

É pena que a discussão, sem dúvida necessária, sobre assuntos de florestas tropicais tenha passado ao largo de suas causas substanciais. Neste contexto, vale a pena mencionar, ainda, o seguinte: à época em que a Europa se dedicava ao debate sobre importações de madeiras tropicais oriundas da exploração não sustentada da natureza, nunca se duvidou da sustentabilidade da exploração florestal dos países do Leste, em especial da União Soviética, possuidora de reservas gigantescas de florestas virgens. De lá se importava várias vezes mais madeira do que dos trópicos, oriunda de enormes cortes rasos em sistemas ecológicos ultrasensíveis, na região boreal. Também era contraditória a associação que se fazia nos meios de comunicação entre a devastação das florestas pluviais e o Brasil. A madeira brasileira importada na Europa era pouquíssima e o desmatamento no Brasil era relativamente menor, quando comparado ao da maioria dos países africanos ou asiáticos, dos quais vinha a madeira tropical.

A discussão em torno das florestas da zona temperada

O documento final da Conferência do Rio refere-se à proteção de todas as florestas, e não somente à dos trópicos. Esta proteção, entretanto, não deveria excluir a possibilidade de uso racional, visando o desenvolvimento econômico. Um pressuposto para isso é o planejamento integral, incluindo considerações de

⁴FAO *Forest resources assessment 1990*. Tropical Countries. FAO Forestry Paper 112, 1993.

⁵DIEHL M. Was kostet der Regenwald? Zur Bedeutung internationaler Finanztransfers im Rahmen globaler Umweltpolitik. *entwicklung+laendlicher raum* 1/93: 10-13, 1993.

⁶GILLIN, E. D. and KRANE, J. Where does the increase in crop production come from? FAO, *Quart.Bull.Stat.* 4/89:III-IV, 1989.

⁷KEATING M. *Agenda für eine nachhaltige Entwicklung*. Geneva: Centre for Our Common Future, 1993.

⁸REPETTO, R. Overview. In: REPETTO R. e M. GILLIS (Org.). *Public politics and the misuse of forest resources*. Cambridge Univ. Press, 1988.

aspectos extra-econômicos.⁷

Um conceito como este corresponde exatamente à realidade de manejo e de uso florestal da Europa Central. A atividade florestal da Áustria, por exemplo, viu comprovada sua longa tradição de manejo em regime sustentado para o uso múltiplo. Deste ponto de vista é compreensível que o país se mostre interessado em certificar qualquer madeira oriunda de sua produção (sustentada). Muitas estatísticas comprovam para toda a Europa um desenvolvimento satisfatório: a área florestal aumentou desde 1950 em 13 milhões de hectares;⁸ desde então a cobertura florestal da Áustria aumentou de 44 para 46%, e os estoques de madeira nestas florestas até cresceram desproporcionalmente, pois, durante décadas, os cortes anuais foram 1/3 menor do que os incrementos! Qualquer visitante da Europa conhece a estruturação e importância das pequenas florestas: na Áustria, 56% da área florestal pertencem a pequenos proprietários rurais; não há grandes cortes rasos e, devido ao caráter montanhoso do país, há pouca possibilidade de emprego de máquinas pesadas. As florestas, por sua vez, se compõem de uma mistura de espécies autóctones da Áustria. Monoculturas industriais de grande escala, como as implantadas na América Latina, são desconhecidas.

Hoje, porém, até mesmo esta maneira de condução das florestas contém um potencial de conflito – um debate acendeu-se em torno da sustentabilidade das florestas austríacas. Organizações não governamentais afirmam que a atividade florestal aqui desenvolvida não corresponde mais ao papel das florestas. Como não existem mais florestas virgens, exige-se a exclusão de áreas florestais do sistema produtivo; para as florestas restantes propõem-se regras rígidas referentes à escolha de espécies, técnicas e meios de manejo, entre outras. Como, tradicionalmente, na Europa Central, é permitido o uso amplo de florestas para fins de recreação, também os assuntos florestais, disseminados pela mídia, ganham certa atenção. As exigências anteriormente mencionadas, por isto, encontram alguma simpatia.

A hipocrisia na discussão da sustentabilidade

Do ponto de vista da ciência florestal, a polêmica sobre a sustentabilidade está atingindo um setor da economia que, há quase 200 anos (na Europa), tem, até como pré-requisito, a manutenção da produtividade dos ecossistemas.

O bem-estar da “Europa desenvolvida” se produz fora do setor florestal. Mesmo na Áustria, o país mais rico em florestas da Europa Central, parques 0,5% do PIB são oriundos da economia florestal. (As exportações de produtos de madeira, entretanto, contribuem com uma taxa apreciável de 15%).

O processo acelerado de urbanização na Europa, devido à industrialização e à mobilidade social, torna o cotidiano pouco atrativo neste ambiente: obras de infra-estrutura fracionam as paisagens, cidades brotam consumindo áreas abertas, mesmo onde

⁹ROESNER W. *Die Bauern in der europäischen Geschichte*. Muenchen: Verlag Beck, 1993.

a densidade demográfica já se encontra bastante elevada. Disto decorre uma série de problemas ambientais e um estilo de vida sem muitos contatos com a natureza. O desenrolar destes acontecimentos se dá, hoje, fora das florestas, porém, em áreas antigamente florestadas. Ali também houve devastação florestal, com machado e fogo, nas épocas remotas dos séculos XI a XIII, no auge dinâmico da floresta européia.⁹ Muitas pessoas (não somente as interessadas no debate sobre as florestas tropicais) percebem o fenômeno do relacionamento deficitário com a natureza. Este sentimento, como já mencionado, romantiza a floresta pluvial dos trópicos, mas também vê nas florestas do próprio país um pedaço de natureza, capaz de corresponder à vegetação potencial. Quanto mais o estilo de vida evolui para o “artificial”, mais crescem os desejos de que as florestas sejam um refúgio natural, de que mostrem cada vez menos sinais de presença humana, se tornem cada vez mais naturais, cada vez mais virgens!

O setor florestal na defensiva

Considerando que a vida humana somente é possível devido ao consumo de seres autotróficos e que a sustentabilidade verídica, no fundo, só se pode realizar através do uso de recursos naturais renováveis, a visão anterior não passa de esquizofrenia.

Uma sociedade que vem extraindo e consumindo recursos não renováveis sem remorso (pensemos nas fontes fósseis de energia) não pode ter a pretensão de ser a “consciência” em relação ao trato com as florestas. Enquanto o crescimento do nível de vida é pago pelas modificações crescentes nas áreas (hoje) não florestadas, exige-se compensar o vazio da relação homem/natureza pela frenagem das intervenções florestais. As contradições se manifestam na linguagem corrente. Explorações florestais, mesmo que baseadas na sustentabilidade e até com cuidados especiais, como cortes individualizados de árvores para não ferir sequer a estética paisagística, são criminalizadas, pois “tombou uma árvore viva”. Cortes em pequenos grupos, mesmo que seguidos de imediato reflorestamento com espécies autóctones são chamados de “desmatamentos”, e se fala de “abusar da floresta para a produção de madeira”.

Na defensiva, o setor florestal ajusta sua argumentação: até aceita uma certificação para produção ambientalmente correta e sustentada. Com isto, espera-se apaziguar a consciência do consumidor industrializado, o qual perante seu próprio comportamento geral, se destaca pela absoluta falta de autocritica. Na tentativa de mudar a sua imagem, a área florestal começa a servir-se de novos termos: “manejo da floresta” se torna “manejo do ecossistema” e, em vez do “uso múltiplo”, temos a “sustentabilidade ecológica”. Neste instante todos aprenderam a camuflar a linguagem com eufemismos: até os exportadores de madeira da Indonésia, por exemplo, falam de madeira proveniente de “florestas de conversão” quando se referem às enormes regiões destinadas ao

desmatamento.

Sem dúvida a atividade florestal vive uma situação delicada: justamente onde o conceito de sustentabilidade constitui um princípio tradicional, joga-se a mácula de manipulação da natureza. É curioso que, por vezes, aparecem pressões até por parte da indústria madeireira (na Europa Central, a indústria madeireira não é proprietária de florestas). Ela obtém boa parte de sua matéria-prima pela compra de produtos de desbaste, atividade necessária no manejo dos povoamentos. Com o eufemismo “nós os livramos dos detritos florestais”, a indústria pretendia associar a sua atividade à imagem de quem elimina um problema. A floresta passava, por assim dizer, a ser produtora de lixo ou, no mínimo, de uma matéria-prima sem valor. Naturalmente, as conseqüências sobre os preços não são difíceis de deduzir.

Semelhante comportamento verifica-se no mercado de alimentos. Estes se tornaram mais baratos com o aumento do poder aquisitivo; os consumidores, mais exigentes e com potencial econômico apreciável, esperam que os alimentos, além de baratos, sejam produzidos com naturalidade máxima, isto é, sem defensivos agrícolas, respeitando os direitos dos animais e com emprego de mecanização mínima.

Outra referência ao Terceiro Mundo

Pode-se oferecer a idéia atual de sustentabilidade como modelo para o Terceiro Mundo? O conceito comprovou-se historicamente eficiente para o manejo e o aumento da produtividade das florestas centro-européias; em contradição a isto, destacam-se as exigências da sociedade contemporânea pela adequação do conceito à situação sócio-econômica dos países.

Houve a esperança de que, depois do desaparecimento do Segundo Mundo (socialista), somente seria preciso fazer do Terceiro um Primeiro Mundo para se ter um mundo único. No entanto, não podemos representar um modelo, pois que ninguém se pergunta que bens de consumo provêm atualmente de fontes sustentadas. Apenas a madeira, um dos poucos recursos renováveis, parece provocar conflitos de consciência...

Desde que se aplica o conceito do manejo sob regime sustentado às atividades florestais, ocorreram modificações na sua interpretação à medida que evoluiu o papel social da floresta.

Há tempo a floresta não é mais considerada somente uma soma de árvores produtoras de madeira; dela se espera, e até se exige, que cumpra muitas outras funções. A medida para a constatação prática do regime sustentado, porém, continua sendo a produção de biomassa lenhosa. A madeira é hoje o único produto material que as florestas européias ainda fornecem. Em países em desenvolvimento, entretanto, pode existir uma procura apreciável de produtos não lenhosos, como todos os tipos de frutas silvestres, caça, produtos farmacêuticos e fibras, entre outros. Este fato precisa ser considerado mesmo em países de elevado potencial de

¹⁰KLEINE M. Voraussetzungen und Strategien für die Nutzung tropischer Regenwälder. *Journal für Entwicklungspolitik*. 10(3): 375-403, 1994.

madeira tropical,¹⁰ o que indica a necessidade de desenvolver novos métodos para testar de forma apropriada a sustentabilidade.

O regime sustentado global

A larga experiência proveniente das atividades florestais ensina que são necessárias circulações fechadas de biomassa e nutrientes para manter a produtividade de florestas. Para isto elas devem ser parte de um sistema, equilibrado e fechado, de pequena extensão, como é um sítio ou um ecossistema. Aproveitamento sustentado, então, significa a possibilidade de uso deste sistema sem efeito exaustivo.

Pergunta-se agora, se isto também pode ser realizado no mundo atual de relações econômicas supra-locais, supra-regionais e até globais. Quais ciclos fechados existem ainda num comércio mundial sem limites, possibilitado pela disponibilidade de energias fósseis? Não resulta disso o perigo de uma produção local sustentada desmoronar por precisar concorrer com outra, que goza das chamadas "condições favoráveis de produção"? O mercado de madeiras tropicais não é um exemplo para estas distorções? Enquanto existir oferta de madeira de florestas primárias onde o preço no mercado só precisa cobrir os custos de corte e transporte e não os anos de crescimento e de manejo, dificilmente será possível estabelecer concorrência, a não ser com madeiras que, igualmente, provenham de exploração não sustentada. O tamanho das reservas tropicais, assim, se tornou um desestímulo para a criação de atividades florestais sustentadas.

A situação da agricultura não é muito diferente. Economias de ciclos ecológicos fechados correm o perigo de perder os seus mercados, caso não se considerem os verdadeiros custos de transportes (por exemplo, os ambientais), e caso seja favorecida uma concorrência que pode produzir sob condições ecológicas mais favoráveis, ou que possua vantagens econômicas, decorrentes da exploração exaustiva do ecossistema ou do corpo social.

É justamente, o uso do solo que precisa de comportamentos adquiridos por experiências de longo prazo. O que acontece atualmente é que sistemas de exploração adaptados ao ambiente, como foi argumentado, não podem sobreviver; ou por motivos econômicos, ou por não terem chance de serem desenvolvidos para regiões ainda pouco aproveitadas, como é o caso de novas áreas de colonização. Simultaneamente, há que se pensar que a urgência da pressão demográfica pode pôr em questionamento a capacidade de suporte de muitos países. Duvidamos que a globalização da economia e do comércio seja o caminho certo (ou único) para construir e manter estruturas baseadas na sustentabilidade local.

Sustentabilidade, como manutenção da capacidade produtiva do solo para a agricultura e a atividade florestal, e como tal quantificada, precisa de referência local e de ciclo fechado. Os fluxos internacionais de mercadorias condicionam o aparecimen-

to de uma dinâmica que abre cada vez mais os ciclos. Será possível que sistemas sejam abertos e estáveis (sustentados) simultaneamente? Por outro lado, não se pode garantir que todo sistema seja sustentado apenas por ser praticado sem modificação. Reconhece-se que padrões de uso de solo sem flexibilidade também podem levar à degradação. Intervenções na natureza são um pré-requisito para a nossa sobrevivência – a sustentabilidade deveria ser interpretada principalmente com esta finalidade. O funcionamento do convívio social, a longo prazo, depende, essencialmente, da relação racional com a natureza em geral, independente se é florestada ou não. Para tal, não é preciso propor um termo de sustentabilidade exageradamente amplo e, por isto, impossível de receber uma definição clara; por outro lado, não deve ser restrito somente às florestas. Para evidenciar um regime sustentado, porém, as florestas servem como um bom exemplo.

Há quase 200 anos começou o a ampliar-se o emprego das energias fósseis: o carvão de pedra aliviou as florestas centro-européias de seu papel de principal fonte de energia (carvão vegetal), livrando-as de longo tempo de exploração superior aos seus incrementos. Desde então, houve um processo vagaroso de recuperação e, com ele, a criação dos regimes florestais sustentados. Entretanto, parece que hoje constatamos algo contrário: energia fóssil barata possibilita que leis inerentes à economia rompam circulações locais fechadas ou inibam o seu nascimento. A “ecologização” da economia é urgente, sem, no entanto, restringir-se à atividade florestal e sem continuar um consumo desenfreado. Pergunta-se então: por que, num mundo de sistemas abertos, é somente das atividades florestais que se espera a sustentabilidade?

Franz Andrae é Professor da Universität für Bodenkultur, em Viena, Áustria.